



ATAS  
IV ENCONTRO DE  
**HISTÓRIA**  
**DE LOULÉ**



ARQUIVO  
MUNICIPAL  
DE LOULÉ 



ATAS  
IV ENCONTRO DE  
**HISTÓRIA  
DE LOULÉ**

21 E 22 MAI 2021

CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ  
ARQUIVO MUNICIPAL  
2021

## FICHA TÉCNICA

**Título:** Atas do IV Encontro de História de Loulé

**Coordenação:** Nelson Vaquinhas

**Autores:**

Ana Pereira Ferreira

Daniela Nunes Pereira

Edite Martins Alberto

Jaime Ricardo Gouveia

João Costa

Leonardo Aboim Pires

Luís Carlos Ribeiro Gonçalves

Marco Sousa Santos

Maria Ângela Beirante

Maria de Fátima Reis

Ricardo Pessa de Oliveira

Rita Mendonça Leite

Tânia Alexandra Cabecinha Rodrigues

**Paginação:** SI

**Capa:** Susana Leal

**Imagem da capa:** Palácio Gama Lobo - Escudo com as armas da família Lobo

**Imagem da contracapa:** Encadernação das atas de vereação da Câmara Municipal de Loulé (1678-1679)

**Edição:** Câmara Municipal de Loulé - Arquivo Municipal

**Local de edição:** Loulé

**Data de edição:** 2021

**Tiragem:** 400 exemplares

**Impressão:** Rainho & Neves

**ISBN:** 978-989-54196-3-0

**Depósito legal:** 482764/21

Os textos publicados são da inteira responsabilidade dos seus autores.

O uso do Acordo Ortográfico de 1990 foi opção de cada autor.

# ÍNDICE

## **CONFERÊNCIA INAUGURAL**

- O culto da Paixão e Morte de Cristo em Loulé e seu termo (séculos XVI-XIX)  
Maria Ângela Beirante **7**

## **INDIVÍDUOS E OFÍCIOS**

- Tabelião, escrivão e até juiz: o ofício da escrita em Loulé em finais  
do século XIV e século XV  
Ana Pereira Ferreira **47**

- Apontamentos biográficos sobre o alcaide Francisco de Sousa  
Caeiro (1572-c.1637)  
Marco Sousa Santos **93**

## **INQUISIÇÃO, ORDENS MILITARES E ORDENS RELIGIOSAS**

- A Ordem de Santiago em Loulé (séculos XII-XVI)  
João Costa **113**

- De regresso a Loulé: o resgate de cativos cristãos nos séculos XVII e XVIII  
Edite Martins Alberto **135**

- A solicitação clerical em Loulé (séc. XVI a XVIII)  
Jaime Ricardo Gouveia **159**

## **ASSOCIAÇÕES CONFRATERNAS E PRÁTICAS DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA**

- Saúde e assistência durante as epidemias na Loulé quinhentista  
Luís Carlos Ribeiro Gonçalves **177**

- Para alívio das Almas do Purgatório: uma confraria louletana  
da Época Moderna  
Ricardo Pessa de Oliveira **197**

## **URBANISMO E ARQUITETURA**

- A arquitetura comercial (séculos XV-XVI): o alpendre de Loulé  
Daniela Nunes Pereira **217**
- O Bairro de São Francisco em Loulé. Contributos para a sua história  
Tânia Alexandra Cabecinha Rodrigues **231**

## **ENTIDADES RELIGIOSAS E ORGANISMOS CORPORATIVOS**

- A República e a «questão religiosa»: execução da Lei da Separação  
do Estado das Igrejas (1911) em Loulé  
Maria de Fátima Reis **253**
- A ação da Sociedade Bíblica no Algarve dos inícios do século XX:  
o caso de Loulé como espaço de abertura e de confronto  
Rita Mendonça Leite **285**
- Loulé e a institucionalização do corporativismo no Algarve  
Leonardo Aboim Pires **299**

## Saúde e assistência durante as epidemias na Loulé quinhentista

Luís Carlos Ribeiro Gonçalves\*

\*CIDEHUS-Universidade de Évora

**Resumo:** Numa região que procurava soluções para responder aos problemas sociais resultantes das disrupções socioeconómicas provocadas pelas calamidades epidémicas, ecológicas e humanas, a coroa fomentou a articulação com as câmaras, para impor modelos comuns de atuação. O presente texto propõe-se analisar como este emaranhado institucional contribuiu para a Loulé quinhentista enfrentar os perigos epidémicos. A crescente conexão de poderes parece ter favorecido a implementação de soluções comuns de isolamento e de solidariedade assentes em instituições de assistência permanentes. Com esta finalidade, importa compreender como os poderes municipal, senhorial e régio se articularam para implementarem modelos comuns de proteção da comunidade. Analisaremos igualmente como as respostas se refletiram nas camadas mais frágeis da população, como as comunas mouriscas e judaicas quatrocentistas louletanas. Por fim, examinaremos de que forma estas circunstâncias se repercutiram na aquisição de serviços de saúde na vila algarvia, com a contratação permanente de profissionais de cura.

**Palavras-chave:** Epidemia; Assistência; Cuidados médicos; Isolamento social.

Pego na pena para vos escrever durante um período de confinamento que me isolou não apenas de boa parte da documentação e dos livros necessários para realizar a minha pesquisa, como também dos meus colegas e amigos e, mais do que tudo, da minha família<sup>1</sup>. Proponho-me aqui refletir convosco sobre como, no passado, se viveu um contexto de pestes, ares corruptos e outros acontecimentos naturais trágicos, a partir do exemplo da vila de Loulé. Esta reflexão insere-se num conjunto de trabalhos sobre a natureza da doença e a definição de políticas de saúde pública em períodos históricos, que ressurgiu na década de 1980 com a emergência do VIH/sida, depois de uma fase inocente, em que o nosso mundo industrializado ingenuamente presumia já ter erradicado as doenças infetocontagiosas<sup>2</sup>.

1 Este estudo começou por ser uma comunicação apresentada no ciclo de conferências *O documento que se segue*, organizado pelo Arquivo Municipal de Loulé em 15-02-2020, sob o título "Práticas de cura em tempos de peste numa vila do Antigo Regime: o caso de Loulé". Depois recebeu importantes contributos do Arquivo Municipal de Loulé, na disponibilização de fontes publicadas e digitalizadas, os quais eu venho por este meio agradecer. Agradecemos também as justas sugestões da professora Laurinda Abreu e de Inês Lourinho que realizou a revisão final do texto. Por fim, este estudo foi financiado pelo projeto de doutoramento "Prática médica e controlo profissional no Portugal quinhentista" financiado pela FCT (referência: SFRH/BD/117119/2016).

2 Cristiana Bastos, *Global Responses to AIDS: Science in Emergency* (Bloomington: Indiana University Press, 1999).

Na verdade, definir o conceito de doença revela-se frequentemente como um exercício de grande ambiguidade. Os esforços realizados por muitos autores sugerem que os médicos sempre procuravam reconfortar os seus pacientes das incertezas da vida recorrendo às formulações intelectuais da sua geração para explicarem as doenças, do ponto de vista etiológico e terapêutico<sup>3</sup>. Uma perspetiva histórica sobre este assunto vê-se, assim, numa encruzilhada difícil de enfrentar. Reconhecemos que apenas através da contextualização de eventos, agentes e práticas, e do reconhecimento das suas contingências e continuidades, assim como das suas descontinuidades, podemos apreender essas formulações intelectuais. Isso não implica unir o passado ao presente, ou apresentá-lo em contraste, nem tão-pouco envolve mostrar uma doença como um evento único ou como apenas mais um ciclo igual a tantos outros. Se é verdade que, biologicamente, cada vírus, cada forma de transmissão, cada cura ou cada técnica preventiva pode ser diferente em cada período histórico, também muitas das medidas apresentadas pelos governos e pelas instituições de saúde se dizem extraordinárias, quando, muitas vezes, até replicam estratégias preexistentes<sup>4</sup>.

Devemos, assim, compreender os contextos epidémicos na sua dimensão social e cultural ao longo do período histórico em que ocorreram, observando como emergem e a forma como diferentes atores se conectam intrincadamente para lhes dar resposta. As epidemias inserem-se num conjunto de eventos de caráter público, que, tal como os tremores de terra, as fomes e as guerras, são marcados por uma intensidade dramática ocorrida num mesmo espaço e tempo. Nestas situações, as comunidades tendem a mobilizar-se para produzirem respostas comuns, em que os valores partilhados tendem a reafirmar as convenções sociais preexistentes. Nesse sentido, são interessantes para observar formas sociais e valores culturais de diferentes comunidades numa sequência de eventos ensaiados quase como numa dramaturgia<sup>5</sup>.

Curiosamente, muitos trabalhos sugerem que as respostas a estas pestilências são semelhantes, apesar dos contextos geográficos e históricos poderem ser diferentes. Por exemplo, era comum reconhecer-se os mecanismos de transmissão individual, bem como os focos de origem das doenças, e seguir-se estratégias de distanciamento dos infetados e de identificação e estigmatização dos, muitas vezes aparentes, responsáveis pela transmissão. Iguamente relevante era a visão religiosa. Por um lado, a peste era aceite enquanto castigo de Deus a que não era possível escapar, mas, por outro, eram realizadas práticas rituais coletivas que prometiam eficácia, apesar de entrarem em conflito com algumas das já conhecidas estratégias de isolamento essenciais no combate à doença. Os mesmos trabalhos referem ainda respostas diferentes consoante a natureza da doença, a sua novidade ou familiaridade, o seu impacto nos indivíduos e na economia, a sua distribuição temporal e geográfica e o seu contexto ecológico, fatores que, em combinação, geram quadros epidémicos distintos<sup>6</sup>. Observar uma pequena cidade como a vila de Loulé surge assim como uma oportunidade para compreender como o emaranhado institucional criado entre a vereação, os oficiais régios e a própria Coroa, responderam a estes contextos epidémicos.

3 Charles E. Rosenberg, "What Is Disease? In Memory of Owsei Temkin," *Bulletin of the History of Medicine* 77, n.º 3 (2003): 493; Owsei Temkin, *The Double Face of Janus e Other Essays in the History of Medicine* (JHU Press, 2006), 419.

4 A. Bashford e C. Strange, "Thinking Historically about Public Health," *Medical Humanities* 33, n.º 2 (dezembro 1, 2007): 87–92.

5 Charles E. Rosenberg, "What Is an Epidemic? AIDS in Historical Perspective," *Daedalus* 118, n.º 2 (1989): 1–17.

6 Paul Slack, "Introduction," in *Epidemics e Ideas: Essays on the Historical Perception of Pestilence*, ed. T. O. Ranger e Paul Slack, Past e present publications (Cambridge; New York: Cambridge University Press, 1992): 3.

A vila de Loulé inseria-se no reino do Algarve, região marcada no século XVI pela forte vertente comercial marítima das suas principais urbes, em particular Lagos, Tavira e Faro, mas também Silves, através do rio Arade, que, neste período, já se encontrava severamente assoreado. Assumindo-se como ponto de passagem obrigatório para quem seguia os eixos comerciais que atravessavam o estreito de Gibraltar, a região vivia, em certa medida, das oportunidades de negócio criadas por este Mediterrâneo exterior. Além do abastecimento desses navios, encetava aqui um rico comércio com os portos do baixo Guadalquivir, e com o Norte de África onde abastecia as fortalezas portuguesas e, a seu lado, fazia trocas com os reinos muçulmanos.

Esta grande conectividade, que lhe permitia enfrentar melhor períodos de escassez de cereais do que as zonas do Interior, também via chegar, empurradas pelos mesmos ventos, pestilências e outros maus ares que condicionavam a vida na região<sup>7</sup>. A esse risco, adicionava as condições naturais enfrentadas pelo assoreamento de parte da costa, desde Faro até Castro Marim e da bacia do Arade, que favorecia a concentração de águas putrefactas e convertia algumas das orlas costeiras em terras de “graves enfermitates”<sup>8</sup>. A isso Loulé acrescentava conexões com o interior alentejano, que a tornavam num local fundamental para estancar qualquer surto epidémico que alcançasse o reino do Algarve.

Observar eventos epidémicos em Loulé deve assim partir de uma perspetiva enquadrada dentro dessas especificidades comerciais e naturais. Nesse sentido, partimos da caracterização do contexto institucional da vila, das suas conexões económicas e da sua dinâmica populacional, identificando igualmente as catástrofes que ocorreram na região. Num segundo passo, examinamos como os poderes municipal, senhorial e régio se articularam para definirem as respostas adequadas a esse contexto, tendo igualmente em conta as conexões com os demais núcleos populacionais. Num terceiro passo, analisamos as respostas e como estas se preocuparam com questões como o isolamento social e como se refletiram nas camadas mais frágeis da população. Por fim, focamo-nos nas repercussões sobre a aquisição de serviços de saúde na vila algarvia, sobretudo de físicos, cirurgiões e boticários, que ocuparam neste período os ofícios de cura, integrando, sempre que possível, as instituições de assistência que aí já existiam. Em suma, pretendemos compreender o contexto político, institucional, social e cultural de resposta a doenças no reino português a partir de uma pequena vila do Algarve.

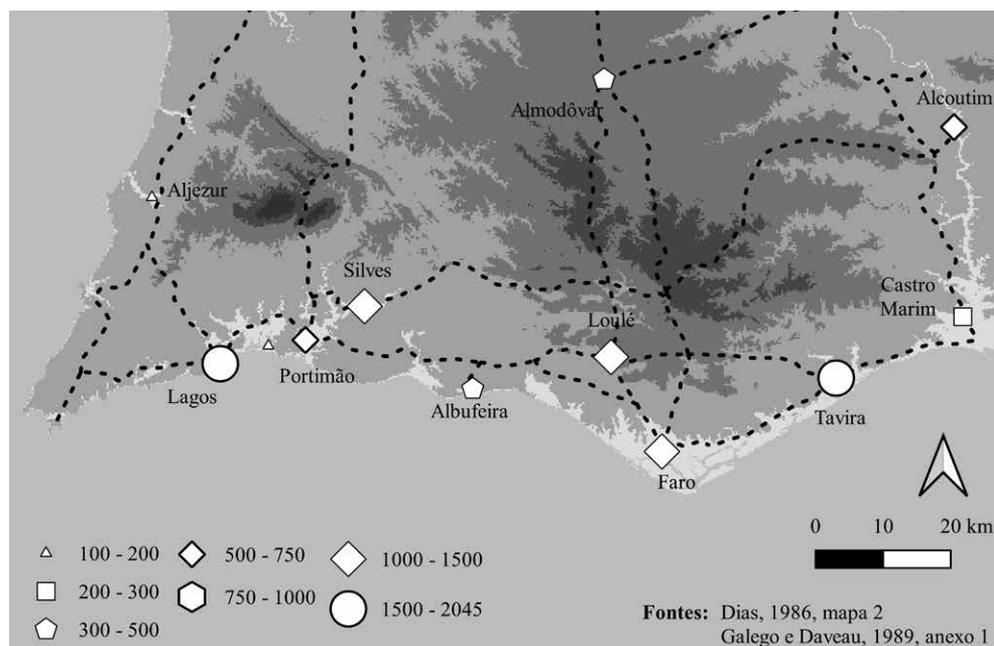
Situada no segundo reino da coroa, o dos Algarves, Loulé foi das primeiras vilas a receberem de Afonso III o seu foral (1266), a par de Tavira, Faro e Silves<sup>9</sup>. Estabelecida entre a zona costeira, a sul, e a serra algarvia, a norte e a nordeste, dominava o chamado barrocal algarvio, e com ele algumas das principais vias de penetração para o Interior, conectando-se com as comarcas de Ourique, no sul do Alentejo, sobretudo aquela com trânsito por Almodôvar e Salir (cf. Mapa 1). Foi por esta via que os cavaleiros-monges de Santiago alcançaram o Algarve e por onde os reis Afonso III, Dinis e Afonso IV levaram a hoste régia até Faro. Daqui, partiam os viajantes rumo a Lisboa e às partes

7 Magalhães Joaquim Romero, *O Algarve Económico Durante o Século XVI*, Marcha da humanidade (Edições Cosmos, 1970), 21–22.

8 Este terá sido um dos motivos para a transferência da Sé de Silves para Faro, cf. João Baptista da Silva Lopes, *Memórias para a historia ecclesiastica do bispado do Algarve* (Lisboa: Academia real das sciencias, 1848), 570 doc. 8.

9 André de Oliveira Leitão, “Do Garb al-Ándalus ao «segundo reino» da «Coroa de Portugal»: território, política e identidade,” *Clio: Revista do Centro de História da Universidade de Lisboa*, n.º 16/17 (2008): 69–104.

setentrionais do reino<sup>10</sup>. A vila abria, assim, conexões comerciais entre a costa marítima, sobretudo Faro, e o interior algarvio e o Alentejo, munindo-se dos produtos que lhe faltavam e transacionando os excedentes do mar e os da terra oriundos do seu termo. Assumia-se, pois, como uma urbe marítima<sup>11</sup>, apesar da localização no interior algarvio.



Mapa 1. Povoamento no Algarve segundo a Corografia do Reino do Algarve (1577).

Configurava-se como um importante centro político seguramente desde o período islâmico<sup>12</sup>, algo que seria continuado durante o domínio cristão sob as influências dos mestres da ordem de Santiago, do bispo de Silves e do monarca. Em 12 de Novembro de 1471 o rei trocou com D. Henrique de Meneses, as vilas de Valença, Caminha e Vila Nova de Cerveira, por Loulé, passando a intitular-se Conde de Loulé. A este sucederia a sua filha, D. Beatriz de Meneses, que por sua vez casaria com D. Francisco Coutinho, 4º Conde de Marialva, antes de 23 de Julho de 1496, dando aos seus descendentes o título de casa de Loulé e Marialva. Ainda assim, enquanto vila senhorial, Loulé vivia mais frequentemente da presença do ouvidor do que da assiduidade dos seus condes ou

10 Entre as fontes fundamentais para a análise das vias do Algarve no século XVI, encontram-se Fr. João de São José e Henrique Fernandes Sarrão, *Duas Descrições Do Algarve Do Século XVI*, ed. Manuel Viegas Guerreiro e Joaquim Romero Magalhães, vol. 3, Cadernos da revista de história económica e social (Lisboa: Sá da Costa, 1983). Para uma visão global das vias no período medieval e moderno, cf. Luís Filipe Oliveira, "Caminhos Da Terra e Do Mar No Algarve Medieval," in *Actas Das I Jornadas as Vias Do Algarve Da Época Romana à Actualidade* (Apresentada nas I Jornadas as vias do Algarve da Época Romana à Actualidade, São Brás de Alportel: Câmara Municipal de São Brás de Alportel / CCDD Algarve, 2006), 32–38. Para Loulé e o seu termo, conferir António Viegas, "'Visitação' Da Ordem de Santiago No Padroado de Loulé Em Janeiro de 1518," *Al'-Ulyã. Revista do Arquivo Histórico Municipal de Loulé*, n.º 5 (1996): 145 mapa 1; Cristóvão de Almeida, "Da vila ao termo. O território de Loulé na Baixa Idade Média" (Tese de Mestrado em História e Patrimónios, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais - Universidade do Algarve, 2016), 45 e ss.

11 Sobre este conceito, conferir Patrick O'Flanagan, *Port Cities of Atlantic Iberia, c. 1500-1900* (Aldershot, Hampshire, England; Burlington, VT: Ashgate Pub, 2008); Ana Cláudia Silveira, "Les villes portuaires au Portugal médiévale: perspectives de recherche," in *La ville médiévale en débat*, ed. Amélia Aguiar Andrade e Adelaide Millán Da Costa (Lisboa: IEM - Instituto de Estudos Medievais, 2013), 185.

12 Helena Catarino, "O Algarve oriental durante a ocupação islâmica. Povoamento rural e recintos fortificados," *Al'-Ulyã. Revista do Arquivo Histórico Municipal de Loulé*, n.º 6 (1–3) (1997): 15–517; 525–1007; 1013–1306.

familiares. Nesse sentido, surgia sempre uma preocupação em definir que autoridade seguir. De um lado, estavam os interesses da vereação e dos juízes e, do outro, do seu senhor e, não poucas vezes, até do próprio monarca, uma indefinição que se tornava mais evidente em situações emergenciais como as epidemias e as fomes, quando a articulação de poderes era mais relevante. A câmara de Loulé levaria isso a debate em 21 de maio de 1524, definindo que perante a ameaça da peste a governança pertencia aos seus juízes e vereadores<sup>13</sup>.

Ao mesmo tempo, Loulé era uma vila com pouco mais de um milhar de fogos (cf. Tabela 1 e Mapa 1), marcada por uma estreita relação com o seu termo rural. Estaria, assim, longe de vilas como Tavira ou Lagos, as principais em dimensão, com praticamente o dobro dos habitantes, mas superava vilas como Portimão e Alcoutim, que tinham entre cinco e seis centenas de fogos, e deixava ainda a maior distância pequenas vilas como Alvor e Aljezur. Ainda assim, a vila louletana viveu durante o século XVI alguma dinâmica urbana. Em 1505, sabe-se que a área intramuros e os arrabaldes teriam cerca de 434 fogos<sup>14</sup>, número que, durante a visitação da Ordem de Santiago de 1554, já ascendia a cerca de 600 vizinhos (ou fogos)<sup>15</sup>, aproximadamente o mesmo registado na *Corografia do Algarve* em 1577<sup>16</sup>. Os números sugerem um crescimento dos arrabaldes desde o século anterior, que terá estabilizado em meados de quinhentos. Para a dinâmica urbana observada, contribuíram algumas condições específicas do reino, que favoreceram a saída de populações para territórios ultramarinos ou dificultaram um crescimento sustentado destas regiões, a que se associaram as calamidades que afetaram a região.

Local	N.º de Fogos
Arenilha	14
Cacela	55
Alvor	163
Aljezur	187
Castro Marim	281
Albufeira	320
Alcoutim	545
Portimão	634
Loulé	1022
Faro	1445
Silves	1447
Lagos	1763
Tavira	2045

Tabela 1. Povoamento no Algarve segundo a *Corografia do Algarve* (1577).

Mas outros fatores impediram o crescimento populacional, como as crises ou calamidades conhecidas a partir do último quartel de quatrocentos e que se prolongaram durante o século XVI. Foi o caso de doenças, catástrofes naturais e eventos com origem

13 AMLLE, Atas de Vereação, liv. 20 (1524), fl. 30 (1524-05-21).

14 João José Alves Dias, "Estratificação económico-demográfica do concelho de Loulé em 1505," *História & Crítica*, n.º 13 (1986): 60-64.

15 Francisco Lameira e Maria Helena Rodrigues dos Santos, eds., *Visitação de Igrejas Algarvias: Ordem de São Tiago (1554)* (Faro: ADEIPA, 1988).

16 Fr. João São José, "Corografia do Reino do Algarve (1577)," in *Duas descrições do Algarve do século XVI*, ed. Manuel Viegas Guerreiro e Henrique F. Sarrão (Lisboa: Sá da Costa, 1983), 47; Dias, "Estratificação económico-demográfica do concelho de Loulé em 1505."

humana (cf. Quadro 2<sup>17</sup>). Por um lado, existiam as doenças epidémicas, normalmente referidas como “ares maus” ou “ares corruptos”, que chegavam, muitas vezes, de Castela ou do Norte de África, ou até do próprio reino, sobretudo através de viajantes oriundos de locais impedidos, como Lisboa. Por outro, há notícias de doenças endémicas, como a malária, associadas a locais com águas estagnadas, como o vale assoreado do rio Arade<sup>18</sup>. A par destas doenças, encontravam-se episódios calamitosos de origem natural, como tremores de terra ou eventos climáticos violentos, como as secas ou, pelo contrário, as enchentes, conhecidas, por exemplo, no Guadiana, com consequências para a produção de cereais. Há ainda a contabilizar as infestações, como as de gafanhotos, e até as doenças de animais. Por fim, não podemos esquecer as calamidades humanas, provocadas sobretudo por conflitos armados, como os ataques protagonizados por Francis Drake nas costas algarvias em 1587, e sobretudo o cerco de Faro, em 1596.

Período	Local	Proveniência	Tipo
1483-95	Algarve	Reino	Peste
1490-91	Lagos	Castela	Peste
1493-94	Faro, Loulé	Castela	Peste
1504	Algarve	N/A	Tremor de terra
1522	Algarve	Arzila	Peste
1522	Loulé	Tavira	Peste
1524	Loulé	N/A	Doença de animais
1525	Loulé	Lisboa	Peste
1530	Loulé	Lisboa	Peste
1583	Tavira	N/A	Praga de gafanhotos
1583	Lagos, Tavira	Sevilha	Peste
1587	Loulé	N/A	Tremor de terra
1587	Loulé	Inglaterra	Guerra
1596	Faro	Inglaterra	Guerra

Tabela 2. Calamidades no Algarve (1484-1600).

Ainda que algumas calamidades pudessem resultar de efeitos naturais, é evidente que a maior parte destes eventos decorria de intervenção humana, fosse do emaranhado de relações sociais, económicas e políticas nos diferentes níveis locais e regionais, fosse da interação com os espaços naturais, em especial na exploração das zonas ribeirinhas.

17 Os dados recolhidos neste quadro devem ser vistos como um trabalho em curso, que é, ao mesmo tempo, limitado pelas lacunas nas fontes conhecidas para os séculos XV e XVI. Entre outros eventos que podem ter sido sentidos no Algarve, mas para os quais não surgem referências, destacam-se o terramoto de 26 de janeiro de 1531, que afetou Lisboa e as terras estremenhas, a chamada *Grande Peste* de 1569, e as pestes entre 1598 e 1603, que afetaram o Alentejo e obrigaram ao fecho das escolas de Coimbra. Para estes eventos e outros, Mário da Costa Roque e Joannes Jacobi, *As Pestes Medievais Europeias e o “Regimento Proueytoso Contra Ha Pestenença” Lisboa, Valentim Fernandes (1495-1496): Tentativa de Interpretação à Luz Dos Conhecimentos Pestológicos Actuais*, Fontes documentais portuguesas 12 (Paris: Fundação Calouste Gulbenkian, Centro Cultural Português, 1979); António de Oliveira, *A vida económica e social de Coimbra de 1537 a 1640* (Coimbra: Palimage, 2016); Magalhães, *O Algarve Económico Durante o Século XVI*; Joaquim Romero Magalhães, *O Algarve económico: 1600-1773*, Imprensa universitária 69 (Lisboa: Estampa, 1988); Marisa Costa e João Fonseca, “Sismicidade Histórica Em Portugal No Período Medieval,” in *Sísmica 2007: Livro de Actas*, ed. Raimundo Delgado, Aníbal Costa, e Xavier Romão (Apresentada na Sísmica 2007 - 7.º Congresso de sismologia e engenharia sísmica, Porto: Faculdade de Engenharia da Universidade, 2007), 1–14. Para uma cronologia das calamidades históricas, conferir o site: “Prices, Wages e Rents in Portugal 1300-1910 - Chronology of Calamities,” n.d., acedido em Maio 3, 2017, [http://pwr-portugal.ics.ul.pt/?page\\_id=20](http://pwr-portugal.ics.ul.pt/?page_id=20).

18 Isso mesmo seria descrito por Frei João de São José na vila de Lagoa, sobre «hum grande alagoa de água empoçada (...) a qual se vazou, e enxugou depois por certas abertas que lhe fizerão em torno e pello meyo, não sem grande indústria e gasto, mas tudo bem empregado porque além de ficar a terra mais sádia lavrase nella muito pão e toda a semente que lhe deytão dà em grande abundancia». São José, “Corografia do Reino do Algarve (1577),” 33v.

Isto é particularmente evidente no facto de a disseminação das epidemias ocorrer sobretudo por via marítima, em virtude dos contactos regulares dos principais portos da região com locais e portos do reino, mas também do Magrebe e da vizinha Andaluzia.

Loulé, tal como Castro Marim, Silves, Portimão, Faro, e sobretudo Tavira e Lagos, então os principais portos de comércio marítimos da região, conviviam com os ciclos das fainas marítimas, com os fluxos sazonais de mercadores portugueses e estrangeiros e também com os riscos que decorriam dessa rede de contactos. Um dos principais receios das populações portuárias era a chegada de um navio empestado, ou com indivíduos adoentados, que importava de imediato pôr em degredo, ou seja, isolar do contacto com a sociedade. Ainda assim, era por aqueles que percorriam os circuitos comerciais por mar e terra, como os capitães de navio, os mercadores, os almocreves e os recoveiros, que as vilas conseguiam informações sobre as doenças que assolavam várias regiões, quando não as traziam consigo<sup>19</sup>. Não era invulgar as vereações obrigarem os viajantes desconhecidos a apresentar-se aos oficiais locais, para assegurarem que não vinham de lugares impedidos pela peste, e, em simultâneo, prestarem informações sobre o estado da doença nas regiões próximas.

A informação sobre os lugares ditos empestados era fundamental, porque a epidemia revelava-se quase sempre de forma progressiva e, mesmo quando afetava a comunidade, ainda se levantavam dúvidas sobre a natureza da doença. Por tal motivo, as regiões trocavam correspondência, informando sobre os locais onde grassava a epidemia e, sempre que possível, as suas características e o agente transmissor<sup>20</sup>. Apesar disso, muitas informações eram dispersas e contraditórias, levando muitas autoridades a tardar as providências necessárias para evitar a sua difusão e algumas até a resistir, com receio das consequências sociais e económicas de, por exemplo, fechar as portas a nobres e senhores do reino ou perder o acesso às redes de comércio regionais. Em alguns casos, as medidas de isolamento, principal forma de evitar a disseminação, eram apenas realizadas já só quando a doença alcançava as zonas mais pobres das vilas.

Uma das principais formas de romper a resistência inicial era a correspondência régia que chegava através de oficiais como o corregedor, a qual asseverava as informações e prescrevia as medidas necessárias para debelar a crise. A vila de Loulé, mesmo inserida numa casa condal, procurava seguir as recomendações, ainda que reconhecesse que nem sempre a intervenção da coroa era bem-vinda ao tecido socioeconómico local. Aquela comportava quase sempre questões de natureza jurídica ou comercial, ou pedidos de mercês e privilégios que a vereação dirigia à figura real, deixando as matérias relacionadas com a saúde para as autoridades locais. A saúde, da competência da vereação louletana<sup>21</sup>, tornou-se ao longo do século XVI um campo de comunicação contínua com o monarca<sup>22</sup>, com o argumento de uma ideia difícil de definir: o *bem comum*.

---

19 As câmaras com maior capacidade financeira, como as do Porto, de Lisboa e Coimbra, mantinham caminheiros pelo reino para as informar sobre os mercados, os preços e as mercadorias, acrescentando-lhes quaisquer assuntos de saúde relevantes. Amândio Jorge Morais Barros, *A Morte Que Vinha Do Mar* (Porto: Fronteira do Caos, 2013), 83–85.

20 Oliveira, *A vida económica e social de Coimbra de 1537 a 1640*, 278.

21 Maria Helena da Cruz Coelho, "'Ouvi de Mandado d'El Rei': O Poder Real e o Poder Local Em Loulé Nos Finais Do Século XV," *Al'-Ulyã. Revista do Arquivo Histórico Municipal de Loulé*, n.º 20 (2018): 99–112.

22 Maria José Pimenta Ferro Tavares, "Hospitais, Doenças e Saúde Pública," in *Actas Do Congresso Comemorativo Do V Centenário Da Fundação Do Hospital Real Do Espírito Santo de Évora*, ed. J. A. David de Morais (Évora: Hospital do Espírito Santo - Évora, 1996), 49–64; Laurinda Abreu, *O poder e os pobres: as dinâmicas políticas e sociais da pobreza e da assistência em Portugal (séculos XVI-XVIII)* (Lisboa: Gradiva, 2014).

É no âmbito desta ideia que se compreende a estadia do corregedor Vasco Pereira na vila de Loulé em novembro de 1492. Além de várias normativas, relativas, por exemplo, à higiene e ao abastecimento urbano e à reforma da ponte de Ator, foram consideradas normativas que visavam conter os maus ares que tinham surgido nos meses anteriores um pouco por todo o reino. De entre as medidas então apregoadas à população louletana, constava a proibição da entrada na vila de não-moradores, sem que prestassem juramento diante dos oficiais da vereação. Para quem viajasse de Gondra, junto de Almancil, e de Lagos, a interdição era permanente e, caso não fosse respeitada, tal pessoa só poderia entrar na vila 30 dias depois de cumprir várias penas<sup>23</sup>. Visivelmente era uma medida de contenção semelhante à realizada no Porto em 1486, que se equiparava à chamada quarentena<sup>24</sup>.

Em ambos os casos, introduzia-se um sistema de juramento e carta de guia. O viajante fazia um juramento diante de um oficial local antes de entrar no arrabalde, recebendo provavelmente uma carta de guia que poderia ser conferida por qualquer autoridade quando alcançasse a vila<sup>25</sup>. Era um sistema conhecido para outras urbes do reino, que a câmara de Loulé continuaria a adotar nas décadas seguintes. Em 1530, a vila algarvia, tomando notícia de que a peste grassava em Lisboa, mandou instalar bandeiras nos principais caminhos da região, como a antiga via romana que ligava Beja a Faro, passando por Almodôvar e por Salir, junto das quais deveria ficar um guarda, que ouviria o juramento. Apenas os viajantes provenientes de Lisboa ou de outros lugares impedidos eram postos em quarentena, tal como ocorrera em 1392 com os moradores de Lagos e de Gondra, perto de Almancil<sup>26</sup>. Importava impedir que os maus ares alcançassem a vila e o seu termo, sendo frequente a proibição afetar todos os bens que não fossem mantimento dos moradores<sup>27</sup>.

Para este objetivo, era fundamental um controlo do território, mas também das populações. Como tal, impunham-se penas a todos os que não cumprissem as normativas, qualquer que fosse a sua condição social: enquanto o peão seria açoitado publicamente, aos fidalgos, cavaleiros e vassalos, restaria o degredo até obterem mercê régia. Seguiam-se, assim, preceitos semelhantes aos que o monarca fixara no *Regimento sobre a guarda da porta de Beja*<sup>28</sup>, ainda que diferentes nas penas atribuídas aos grupos de mais elevada condição social, para quem a pena seria a perda dos bens, metade em benefício dos cativos e a outra metade destinada a quem os denunciasse. Estando a aplicação dos castigos a cargo dos oficiais locais, poderiam haver alterações consoante as circunstâncias e os locais do reino. Por exemplo, em Coimbra, previam-se penas de

23 AMLLE, *Atas de Vereação*, liv. 10 (1492-1495), fl. 18 (1492-11-03).

24 Roque e Joannes Jacobi, *As Pestes Medievais Europeias e o "Regimento Proueytoso Contra Ha Pestenença," Lisboa, Valentim Fernandes (1495-1496)*, 181.

25 Perante notícias de peste que afetavam a vila de Antuã, perto de Aveiro, a câmara de Coimbra mantinha no largo do Arnado um guarda perante o qual os viajantes podiam fazer o seu juramento. F. da Rocha Brito, "As epidemias do século XVI e as Câmaras de Coimbra," in *Actes, conférences et communications / III Congrès International d'Histoire des Sciences* (Apresentando no III Congrès International d'Histoire des Sciences, Lisboa: Emp. de Publicidade "Seara Nova," 1936), 289-290; Oliveira, *A vida económica e social de Coimbra de 1537 a 1640*, 275. Seguiam as medidas sugeridas a Lisboa por D. João II, no *Regimento sobre a guarda da Porta de Beja*, onde se sugeria um modelo de juramento semelhante e penas semelhantes, cf. CMLSBAH, Cópia do livro 1.º do Provimento da Saúde, fl. 1v-2 (sem data).

26 AMLLE, *Atas de Vereação*, liv. 24 (1530-1531), fl. 81v-82 (1530-12-24).

27 *Regimento da Porta de Alconchel*, cf. ADE, AHME, nº 71, Livro 1 dos Originais da Câmara, fl. 258 (sem data).

28 CMLSBAH, Cópia do livro 1.º do Provimento da Saúde, fl. 1v-2 (sem data).

cariz monetário, com distinção entre a condição social dos viajantes, e se provinham ou não de locais empestados<sup>29</sup>.

Como referimos, os juramentos e a aplicação das normativas eram da responsabilidade dos guardas do castelo e dos caminhos<sup>30</sup>. Estes oficiais eram eleitos pela vereação, para que “regessem e guardassem a dicta villa”<sup>31</sup>, admitindo-se que não se tratava de um cargo permanente, antes constituindo uma nomeação quando surgiam notícias de peste<sup>32</sup>. Assim ocorreria em Loulé, em 20 de fevereiro de 1494, quando as informações de que o surto de peste alcançara as cercanias de Faro compeliram a câmara a reunir o ouvidor, os juízes e os principais da vila para tomarem resoluções. Sabendo que o seu papel era ajurar pessoas vindas de fora, era relevante para a câmara que fossem pessoas de confiança, habilitadas para providenciar a vigia das entradas da vila, controlar os caminhos e os cursos dos rios, permanecer junto às bandeiras ou nomear guardas para esse efeito e, sobretudo, impor multas e outras sanções aos infratores. Nesse sentido, tal como ocorrera em 8 de junho do ano anterior<sup>33</sup>, seriam escolhidos três fidalgos louletanos: o então alcaide-mor, Afonso Telez Barreto, o irmão deste, Fernão Pereira Barreto, e João de Ataíde, outrora chanceler. Julgava-se que a condição social superior os tornaria mais respeitados pela população, mesmo por aqueles que vinham de fora da vila, e, ao mesmo tempo, devido à fortuna, menos suscetíveis a subornos<sup>34</sup>.

Estes agentes tinham como principal função garantir a segurança da vila e, por isso, podiam nomear guardas que os auxiliassem nas tarefas de vigilância, ainda que a vila pudesse recorrer também a alguns membros da sociedade e a outros agentes locais, como

---

29 “se for peão e fizer certo que vem donde não morrem pagara somente duzentos reis por assi entrar sem licença e se for de mor condição pagara quatro centos. E achando-se que vem donde morrem se for peão pague mil reis e vaa servir um ano nas galees el rei nosso senhor e se for mor condição pague dez cruzados. A metade das ditas penas para quem os acusar e a outra para as obras da Camara.” Brito, “As epidemias do século XVI e as Câmaras de Coimbra,” 289.

30 Estes cargos distinguiam-se do guarda do castelo, que exercia sob o comando do alcaide-mor da vila algarvia. Neste papel, deveria guardar o edificado e atuar como carcereiro local, sendo que, em alguns casos, poderia atuar como arrecadador dos direitos, desde que, tal como Garcia Rodriguez em 28 de fevereiro de 1494, fosse alguém de confiança do alcaide-mor e da vereação, e o aceitasse fazer. Cf. AMLLE, *Atas de Vereação*, liv. 10 (1492-1495), fl. 79-79v (1494-02-28).

31 AMLLE, *Atas de Vereação*, liv. 10 (1492-1495), fl. 77v Luís Miguel Duarte, ed., *Actas de Vereação de Loulé Século XV*, vol. 10, Suplemento da Revista al-‘Ulyā (Loulé, 2004), 141.

32 Durante o século XVI, estes cargos foram sendo inseridos num sistema coordenado de conselhos locais de saúde locais e regionais, quase sempre sob a direção de uma autoridade comum, que em Portugal ganhou o nome de Provedor-mor da Saúde. Criado a partir do modelo concebido em Turim pelo ducado da Toscana, o sistema difundiu-se durante as primeiras décadas de quinhentos pelos reinos de França e Inglaterra, num processo que se prolongaria pelos séculos seguintes, ainda que com diferentes matizes. No espaço ibérico, admite-se que o esforço da coroa tenha sido acompanhado, quando não mesmo antecipado, por iniciativas das vereações locais. Cf. Sandra Cavallo, *Charity and Power in Early Modern Italy: Benefactors and Their Motives in Turin, 1541-1789*, Cambridge History of Medicine (Cambridge; New York, NY, USA: Cambridge University Press, 1995), 44-45; Colin Jones, “Perspectives on Poor Relief, Healthcare and the Counter-Reformation in France,” in *Health Care and Poor Relief in Counter-Reformation Europe*, ed. Ole Peter Grell, Andrew Cunningham, e Jon Arrizabalaga (London; New York: Routledge, 1999), 219. Em Portugal, o cargo ganhou forma legal a partir da década de 1520, já com D. João III, tendo como particularidade funcionar apenas em períodos de peste ou de perigo de propagação da doença, datando o seu regimento de 23 de julho de 1569. O sistema assentava na nomeação de um oficial, que deveria indicar dois meirinhos, os quais ficariam encarregues de recrutar e organizar o que fosse necessário para a defesa da cidade. Cf. Isabel Drumond Braga, *Assistência, saúde pública e prática médica em Portugal: (séculos XV-XIX)* (Lisboa: Universitária, 2001), 43; Abreu, Laurinda, “A Cidade Em Tempo de Peste: Medidas de Protecção e Combate Às Epidemias Em Évora, Entre 1579 e 1637” (Apresentado no VII Congresso de la ADEH, Granada, 2004), 8, [https://web.archive.org/web/20060106095902/http://www.ugr.es/~adeh/comunicaciones/Abreu\\_L.pdf](https://web.archive.org/web/20060106095902/http://www.ugr.es/~adeh/comunicaciones/Abreu_L.pdf).

33 Nessa data, a vereação nomeou em ata incompleta João Rodriguez, escudeiro, com o seu filho João Rodriguez, o Moço, escudeiro e escrivão das sisas, e Gonçalo Rodriguez, escudeiro e mercador. AMLLE, *Atas de Vereação*, liv. 10 (1492-1495), fl. 57 Duarte, *Actas de Vereação de Loulé Século XV*, 10:114.

34 Barros, *A Morte Que Vinha Do Mar*, 113.

os quadrilheiros<sup>35</sup>, ou até à própria população. Por exemplo, em novembro de 1493, aos mouros louletanos que residiam no termo da vila, foi pedido que vigiassem os caminhos, impedindo quaisquer estranhos de entrarem na vila sem fazerem o juramento diante dos guardas<sup>36</sup>. Contudo, estes pedidos, não poucas vezes, acabavam por incidir sobre as mesmas comunidades, em especial sobre aquelas que revelavam maior fragilidade ou que eram secundarizadas pelos poderes locais e do reino, revelando, assim, uma falta de solidariedade que, com frequência, caracterizava os momentos epidémicos.

A solidariedade, enquanto sentimento que leva alguém a ajudar outrem ou a compartilhar o seu infortúnio, torna-se em períodos de crise, como as epidemias, um motivo de demanda entre indivíduos, instituições e comunidades. Ao mesmo tempo que alguns prestavam os maiores cuidados, outros havia que preferiam o isolamento e a proteção. Mas existiam também aqueles que, ao tentarem compreender os eventos, buscavam enquadrá-los na sua grelha de valores morais. Neste processo, não era invulgar associar os agentes de contágio e de disseminação a crenças, surgindo, assim, explicações sobre a origem da doença associadas ao conceito cristão de pecado e, no limite, a concepções milenaristas sobre o fim dos tempos. A partir destes quadros morais, a especial suscetibilidade à doença de certos indivíduos era vista como o resultado da sua atuação na vida. Como tal, eram responsabilizados pelo mal que os afetava, e a ideia acabava por ser mais facilmente transferida para as comunidades minorizadas. Neste contexto, a diferença entre os mais pobres da vila, que habitavam lugares enfermos e pestilentos e que pouco ou nada comiam, e a comuna judaica louletana, que vivia do comércio, ou a comuna de mouros, que tirava rendimentos dos seus terrenos agrícolas no termo da vila, não é grande. O tratamento até poderia variar, mas expressava quase sempre uma relação de alteridade face a comunidades social e religiosamente distintas<sup>37</sup>.

Uma das situações em que isso fica evidente é relatada na vereação de 2 de julho de 1493 aos juízes da vila louletana. Segundo o seu representante, “os mouros da mouraria da dicta villa se agravavam dizendo que elles serviam avia oito menses o que recebiam em grande opressam e fadiga”, pedindo, por isso, para serem escusados desta obrigação<sup>38</sup>. Como referimos, as notícias da peste que grassava no reino teriam chegado em novembro do ano anterior, tendo-se tomado várias medidas, entre as quais se incluíam vários pregões que proibiam o acolhimento de forasteiros sem juramento. É igualmente provável que, nesse período, se tivessem nomeado guardas para receberem o juramento, mas o seu tempo de atuação teria passado, motivo pelo qual, a 8 de junho, se nomearam outros três guardas entre os fidalgos da vila, para substituírem os primeiros<sup>39</sup>. Com efeito, os mouros viam-se agora agravados, porque não tinham sido substituídos na sua vigia, enquanto as comunidades cristãs e hebraicas nem participavam neste papel.

A isso tudo se somava uma desconfiança mais ou menos generalizada contra a comuna hebraica local, sentida não apenas por cristãos, como também pelos próprios

35 Estes oficiais eram nomeados pelos juízes e pelas vereações da urbe durante três anos e tinham a missão de evitar o sentimento de insegurança que caracterizava a mentalidade do período tardomedieval. Ainda que não tivessem um papel relevante em contexto epidémico, asseguravam o cumprimento das normativas apregoadas na cidade por oficiais régios e municipais. Cf. João José Alves Dias, *Ordenações Manuelinas*, 1.ª ed., vol. 1 (Lisboa: Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova, 2002), 364–370.

36 AMLLE, Atas de Vereação, liv. 10 (1492-1495), fl. 61-61v.

37 Maria Filomena Lopes de Barros, “Judeus, cristãos e muçulmanos no Portugal Medieval,” *Praça Velha - Revista Cultural da Cidade da Guarda*, n.º 36 (2016): 37–54.

38 AMLLE, Atas de Vereação, liv. 10 (1492-1495), fl. 61-61v (1493-07-02).

39 AMLLE, Atas de Vereação, liv. 10 (1492-1495), fl. 57 (1493-06-08).

mouriscos. A tensão tinha-se avolumado nos meses anteriores, por conta das informações enviadas pelo rei D. João II, em fevereiro de 1493, segundo as quais seria necessário aumentar a vigilância da vila, porque os maus ares que afetavam muitos lugares do reino teriam chegado com os judeus de Castela<sup>40</sup>. Alcançando, de forma precária, as vilas fronteiriças do reino em número difícil de calcular durante o ano de 1492, podemos presumir que estas populações tenham ficado amontoadas em campos de refugiados, onde as condições sanitárias seriam ideais para a propagação de doenças<sup>41</sup>.

A vereação de Loulé, atendendo aos laços que uniam a comunidade local com aqueles que pediam refúgio, evitou pôr os seus membros na vigilância da urbe. Reconhecia-se que as penas estabelecidas a mando do corregedor, e acrescentadas pela carta do rei de fevereiro, poderiam agravar ainda mais as tensões contra a judiaria local, tal como ocorrera nas décadas anteriores noutras vilas algarvias<sup>42</sup>. Além de manter a ordem estabelecida, que não permitia o acesso dessas minorias a cargos, um dos papéis da justiça e da vereação era diminuir as tensões sociais. Mas, perante as queixas da comuna moura, os juizes deferiram o pedido, alargando a hebreus e a cristãos, independentemente da sua condição social, o dever de assegurar a vigilância dos caminhos<sup>43</sup>.

Uma das estratégias encontradas por estas minorias e pelas autoridades para enfraquecer o ímpeto cristão diante dos refugiados castelhanos era aceitar e, com isso remunerar, o serviço que alguns físicos hebreus ofereciam. Tal como o concelho de Lisboa, Loulé encontrou um físico castelhano, mestre Rabi Jacob, disposto a cuidar dos doentes da vila, que a vereação decidiu, em fevereiro de 1493, remunerar com 2000 reais anuais<sup>44</sup>. Eram-lhe reconhecidas as capacidades necessárias para debelar os maus ares que poderiam afetar a vila, pelo que a vereação lhe adiantou o valor necessário à obtenção da sua licença para exercer junto do físico-mor do reino alguns meses depois<sup>45</sup>. O mestre Rabi Jacob deveria assistir os pacientes nos seus domicílios, marcados com um sinal distintivo, onde, de acordo com a ciência médica do período, deveriam permanecer em isolamento. Poderia igualmente dirigir-se a qualquer parte da vila que fosse isolada ou até aos edificadros, provisórios ou permanentes, que algumas urbes mais ricas faziam construir para acolher quem padecia deste mal e que viesse de outras partes do termo<sup>46</sup>.

Se a aquisição dos seus serviços visava apaziguar as tensões na comunidade louletana, o mesmo não poderia dizer-se da relação com as vilas vizinhas. A solidariedade para com os males enfrentados por estes lugares nem sempre era marca da vereação louletana. Por ocasião de outro surto de peste vivido no reino em 1522, que alcançara Tavira, os oficiais de Loulé tiveram de enfrentar a vontade de mestre Gil, o físico remunerado pela vereação que tinha mais experiência, de ir curar aos lugares de Salir, Alte, "Apara"

---

40 AMLLE, Atas de Vereação, liv. 10 (1492-1495), fl. 36v-37 (1493-02-17).

41 François Soyler, *A perseguição aos judeus e muçulmanos de Portugal: D. Manuel I, e o fim da tolerância religiosa, 1496-1497*, 2013, 139 e SS.

42 Maria José Pimenta Ferro Tavares, *Os Judeus em Portugal no século XV*, vol. 1 (Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 1982), 72; João Martins da Silva Marques e Alberto Iria, eds., *Descobrimientos portugueses*, Ed. comemorativa dos descobrimientos portugueses., vol. 2 tomo 1 (Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1988), 307-308.

43 AMLLE, Atas de Vereação, liv. 10 (1492-1495), fl. 61-61v (1493-07-02).

44 AMLLE, Atas de Vereação, liv. 10 (1492-1495), fl. 41 (1493-02-24).

45 AMLLE, Atas de Vereação, liv. 10 (1492-1495), fl. 59v-60 (1493-07-02).

46 Roque e Joannes Jacobi, *As Pestes Medievais Europeias e o "Regimento Proueytoso Contra Ha Pestenença," Lisboa, Valentim Fernandes (1495-1496)*, 179.

e outros, por recear a entrada do mal na vila. O físico apresentou mesmo uma petição na vereação de 11 de julho, dizendo que se sentia prejudicado nas suas finanças e pedindo para se deslocar a esses lugares “sãos e sem suspeita da peste”. Os vereadores e procuradores aceitariam o pedido, mas impuseram que o físico fosse acompanhado por alguém de confiança da vila.

Quando o mal da peste se aproximava, a câmara de Loulé preferia quase sempre assegurar a defesa das populações. Em 1494, a cidade de Faro fechou-se para conter os ares corruptos que se acercavam e alguns pescadores refugiaram-se em algumas povoações situadas perto do mar, como Gondra e Maria-a-Nova. Perante a notícia, “foi acordado pellas mais vozes” presentes na vereação de 20 de fevereiro de 1494 que os ditos pescadores voltassem, “porquanto elles eram certificados virem emfrascados dos dictos arees”. Tratava-se de uma decisão coletiva, que não podia ser dissociada do clima de histeria próprio de quem via a morte chegar às portas da sua casa, que não era um caso único da vila algarvia.

Ainda uma década antes, durante a crise agrícola vivida em 1468, Évora e Beja recusaram-se a vender cereal a Tavira. A carestia levou este concelho a sair com navios para tomar para si o cereal que Loulé comprara em Castela. O aprisionamento dos cereais comprados por Loulé inseria-se numa política em que cada vereação procurava, antes de mais, acorrer às suas necessidades. O rei exerceu então o papel de moderador, estabelecendo que, sob a mediação dos corregedores, as duas partes se pusessem de acordo quanto à divisão dos bens, salvo se alguma delas apresentasse “trato firmado”, que obrigaria a outra a devolver o dito cereal na sua totalidade<sup>47</sup>.

As dificuldades para preservar os laços de solidariedade revelavam-se não apenas no interior das comunidades, como também no exterior. Apenas o cimentar de relações comerciais, sociais e institucionais podia romper com estes traços de individualidade, ainda que isso nem sempre fosse fácil em contexto epidémico. A coroa, as famílias e outras instituições foram progressivamente criando mais conexões, que favoreceram a introdução de medidas comuns, mas também uma crescente articulação a diferentes níveis.

No meio destas calamidades, podemos supor uma melhoria nas relações de solidariedade entre as redes de instituições de assistência algarvias durante o século XVI. Desde o período medieval, são conhecidas várias irmandades na região, entre as quais se destacam as consagradas ao Espírito Santo, com os seus hospitais, presentes em Tavira<sup>48</sup>, mas também em Faro e até em Lagos, todas cidades que tinham como missão dar assistência às fortalezas portuguesas em Marrocos. Apesar de interior, até Loulé fazia parte desta rede assistencial, com a anexação à albergaria do Espírito Santo de um hospital, então nomeado “de Nossa Senhora dos Pobres”, para os soldados doentes e feridos ali receberem tratamento. Com as reformas quinhentistas, a administração desta instituição foi incorporada em 25 de Fevereiro de 1570 na Misericórdia de Loulé, onde permaneceu durante todo o período moderno<sup>49</sup>.

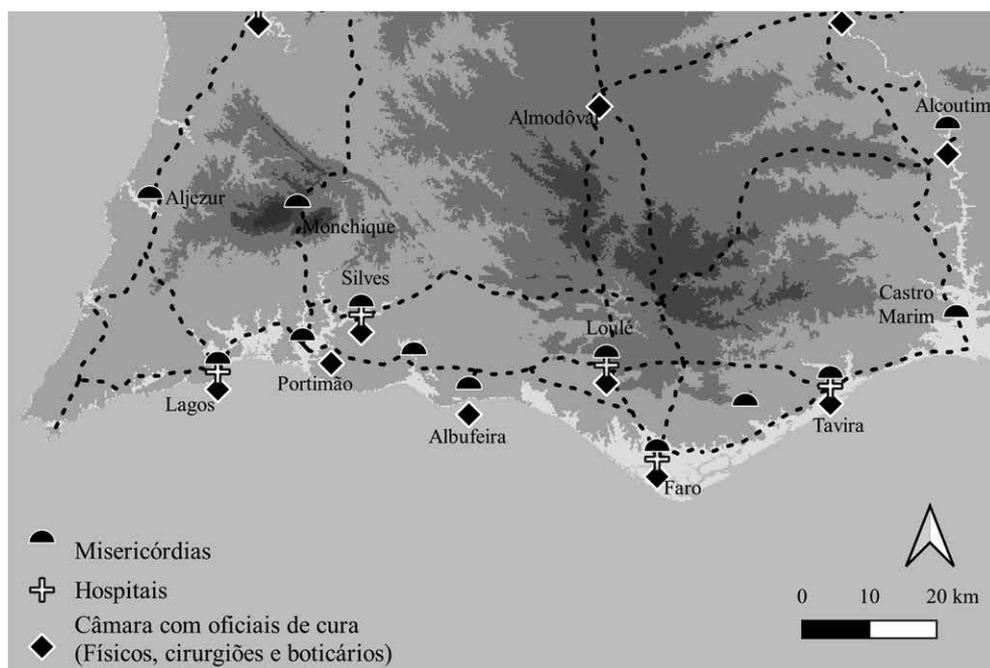
A misericórdia era uma instituição de cariz assistencialista, que seguia, em grande medida, o compromisso e as obras implementadas pela irmandade fundada em 1498

47 ANTT, CHR. Afonso V, liv. 15, fl. 144v-145

48 Arnaldo Casimiro Anica, *O hospital do Espírito Santo e a Santa Casa da Misericórdia da cidade de Tavira: da fundação à actualidade notas* (Tavira: Emp. Litogr. do Sul, 1983).

49 Jaime Guerreiro Rua, *O Hospital de Nossa Senhora Dos Pobres* (Loulé: Santa Casa da Misericórdia de Loulé, 1960).

na capital por iniciativa régia, e que rapidamente se difundiu pelo território português. Além da lista dos seus membros iniciais, apresentada à vereação em 1524<sup>50</sup>, conhecem-se poucos dados até à década de 1560, quando, além da integração do hospital de Nossa Senhora dos Pobres, recebeu o legado de D. Diogo Alvares Teles, falecido em Goa. Durante o século seguinte, a misericórdia manteve a administração do hospital, até que, em 1674, a responsabilidade passou para os frades agostinhos. O edifício foi então reformado, com a criação de um albergue e de um hospício no piso térreo e a transferência do hospital para o piso superior. A principal missão era a assistência aos pobres locais e a viajantes que percorressem o território, recebendo apenas excepcionalmente os doentes que não pudessem ser curados nos seus domicílios. Como ocorria na maior parte das instituições hospitalares da época, não teria mais de uma dezena de leitos, se tanto, onde os pacientes poderiam permanecer apenas por curtos períodos<sup>51</sup>.



Mapa 2. Redes de assistência no Algarve quinhentista.

Nesse sentido, a presença de pessoal médico direcionava-se sobretudo para a assistência domiciliar, sendo a instituição mantida por hospitaleiros, frequentemente com as

50 AMLLE, Atas de Vereação, liv. 20 (1524), fl. 2v-3 (1524-06-04).

51 Segundo a visitação da Ordem de Santiago ao hospital do Espírito Santo de Sesimbra, realizada em 22 de Março de 1534, o “espiritall” contava com “cinco leitos”. Cf. Manuel Sílvio Alves Conde, *O Hospital Medieval Do Espírito Santo de Sesimbra e a Assistência Caritativa Portuguesa*, ed. Amadeu Penim (Sesimbra: Câmara Municipal de Sesimbra, 2004), 70. Isabel dos Guimarães Sá, *Os hospitais portugueses entre a assistência medieval e a intensificação dos cuidados médicos no período moderno* (Hospital do Espírito Santo, 1996), acessido em Agosto 29, 2016, <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/4313>. As estadias não se deveriam estender por mais de três dias, tal como acontecia na albergaria de Santa Eulália de Castelo Branco, cf. José Lopes Dias, *Albergarias Da Beira Baixa* (Lisboa: [s.n.], 1946), 6. A função destas albergarias e destes hospitais diminuía igualmente os focos de tensão locais contra viajantes e pedintes, porque retirava dos moradores a tradicional obrigação de acolhimento, cf. Iria Gonçalves, “Formas Medievais de Assistência Num Meio Rural Estremenho,” in *Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval, 25-30 de Setembro de 1972 – A Pobreza e a Assistência Aos Pobres Na Península Ibérica Durante a Idade Média: Actas*, vol. 2 (Apresentada nas Jornadas luso-espanholas de História Medieval, Lisboa: Instituto de Alta Cultura, 1973), 450.

suas esposas. Nesse sentido, já no século XV, câmaras algarvias como Loulé e Lagos, que reconheciam a importância de assegurar serviços de saúde às suas populações pobres, passaram a adquirir os serviços de vários físicos e cirurgiões, um encargo nem sempre fácil de suportar. Assim ocorreria em 1505, quando o físico mestre Gil se apresentou perante o juiz e os oficiais da vila para se queixar da vereação, que lhe devia o valor de 5200 reais do seu salário anual<sup>52</sup>. A mesma situação seria vivida por muitas vereações neste período, que se viam com orçamentos limitados para a assistência às populações pobres. Isso seria confirmado duas décadas depois, quando a vereação decidiu pagar apenas 1000 reais ao mesmo mestre Gil e a outro físico, mestre Fernando, que então residia na vila<sup>53</sup>. Perante a impossibilidade de ofertar aos seus físicos e cirurgiões uma soma anual certa, não era invulgar as vereações apenas pagarem pelo número de visitas que realizavam em sua representação. Uma tal situação acabava por afastar os físicos das vilas onde não conseguiam assegurar uma renda pessoal.

Consequentemente, os lugares onde não existiam físicos eram obrigados a procurar fora da vila físicos que ali pudessem curar, com grave prejuízo para o erário municipal, e sobretudo para as populações mais pobres, que se viam impedidas de aceder a cuidados de saúde de agentes licenciados. O cenário alterou-se no último quartel do século XVI, quando o rei passou a aceitar as petições dos municípios para estes pagarem as remunerações dos oficiais de cura a partir das suas rendas<sup>54</sup>, através da aplicação de verbas remanescentes das sisas<sup>55</sup> ou da aplicação de novos impostos diretos sobre a comunidade, como as fintas<sup>56</sup>. Perante as queixas apresentadas pelos procuradores de Loulé nas cortes de 1579, de que os pobres da vila se viam prejudicados por não poderem adquirir os serviços de físicos e boticários que residissem fora, o rei-cardeal aceitou que o concelho pagasse das suas rendas uma verba de 10000 reais anuais a um físico, sendo as curas remuneradas à parte. Uma verba de 4000 reais, a pagar do mesmo modo, seria destinada a um boticário que servisse na vila. Num e noutro caso, eram obrigados a residir na vila, curando de graça os pobres e também os frades capuchos da Província da Piedade, da ordem religiosa de São Francisco<sup>57</sup>, cujo convento tinha ali sido fundado em 1546.

A rápida difusão deste sistema contribuiu para criar um corpo de oficiais de saúde disponíveis para superar as epidemias nos séculos seguintes, ainda que fracamente articulados e muito dependentes das vereações locais. Ao mesmo tempo, as instituições de assistência criaram mecanismos alternativos de conexão com o monarca, que se traduziram no aparecimento da Provedoria-mor da Saúde e dos oficiais médicos, os quais se distribuíram sobretudo pelas urbes marítimas do reino nos séculos XVII e XVIII.

52 AMLLE, Atas de Vereação, liv. 13 (1504-1505), fl. 31v (1505-03-08).

53 AMLLE, Atas de Vereação, liv. 17 (1521), fl. 25v (1521-03-26).

54 Abreu, *O poder e os pobres: as dinâmicas políticas e sociais da pobreza e da assistência em Portugal (séculos XVI-XVIII)*.

55 Albufeira peticionou em 1622 para poder pagar vencimentos de 25 000 reais a um físico e 10 000 reais a um boticário, que se lançassem no cabeção das sisas "por as rendas da dita camara não serem bastantes", o que foi confirmado. ANTT, CHR. D. Filipe III, liv. 18, fl. 63v (1622-10-21).

56 Lagos pediu em 1593 um alvará para pagar ao físico da câmara um vencimento anual de 30 000 reais e 10 000 reais ao boticário, a partir de uma finta anual, o que foi autorizado, desde que fosse realizado perante o provedor da comarca. ANTT, CHR. D. Filipe I, liv. 24, fl. 261v (1593-07-18). O mesmo faria Silves uma década depois. ANTT, CHR. D. Filipe II, liv. 17, fl. 172v (1607-02-23).

57 ANTT, CHR. D. Sebastião e D. Henrique, liv. 42, fl. 280 (1579-06-07).

A vila de Loulé enfrentava as pestes com recurso a um dispositivo de segurança que seguia um modelo imposto pelo poder régio, ainda que em articulação com as autoridades municipais e com a adoção de medidas suplementares locais. De pequena dimensão na escala do reino, mas média no contexto algarvio, a vila confiou a vigilância e o isolamento à população local, e estabeleceu proibições e a nomeação de auxiliares que coadjuvavam os guardas da saúde, por vezes sobrecarregando as comunidades minorizadas e, mais que todas, as mouriscas. As medidas locais incluíam a limpeza dos espaços públicos, sobretudo relacionados com a água (chafarizes, canos, etc.), a resposta a doenças de animais e até questões de ordem pública, que não eram particulares da vila louletana, mas nas quais o poder régio habitualmente não intervinha diretamente.

O sistema de guardas da saúde era uma medida presente um pouco por todas as autoridades locais europeias, ainda que, em Loulé, fosse de expressão bem mais reduzida do que os encontrados em cidades como Lisboa, Coimbra e Porto, dotadas de conexões comerciais mais vastas. Ainda assim, a vila algarvia partilharia com as referidas urbes o modelo de justiça, as estratégias de nomeação dos cargos de saúde e o sistema de bandeiras e juramento, este último determinado pela coroa e aplicado pelas câmaras do reino de forma rápida.

O isolamento, tanto à escala local como regional, era, muitas vezes, uma exigência para debelar as doenças. As tensões geradas entre as vilas algarvias em momentos de epidemias, fomes e guerras favoreciam o papel do monarca enquanto mediador, dando crescente preponderância aos corregedores da região. A falta de solidariedade social em Loulé, mas também noutros locais, frequente nestes momentos disruptivos, afetava sobretudo as comunidades minorizadas. Isso mesmo se passou primeiro com as comunas mouriscas e judaicas e, mais tarde, com as populações mais pobres, um pouco por toda a parte, sendo que as crises acabavam quase sempre por ser mitigadas pelas instituições de assistência locais, sobretudo pelos hospitais e pela misericórdia.

Destas soluções fez parte a contratação de pessoal médico para exercer gratuitamente durante as epidemias, ainda que com algumas dificuldades. Ao longo do século XVI, a solução, que parecia temporária, tornou-se cada vez mais permanente, fortalecida por vários privilégios, partidos e mercês que beneficiaram a vila de Loulé e outras câmaras do reino. Progressivamente, estes oficiais de saúde municipais foram-se tornando atores fundamentais na resolução das crises epidémicas à escala local, pelas suas capacidades para identificar e explicar doenças e eventos naturais. A articulação entre a câmara e a coroa favoreceu um crescente emaranhado de instituições de assistência, que, por sua vez, permitiu enfrentar os cataclismos com base em modelos partilhados pelas diferentes escalas da rede urbana do reino português.

## BIBLIOGRAFIA

### Fontes de Arquivo

Arquivo Municipal de Loulé (AMLLE)

Atas de Vereação

Liv. 10 (1492-1495) publicado em Duarte, Luís Miguel, ed. *Actas de Vereação de Loulé Século XV*. Vol. 10. Suplemento da Revista al-'Ulyã. Loulé, 2004

Liv. 13 (1504-1505)

Liv. 17 (1521)

Liv. 18 (1522)

Liv. 19 (1523-1336)

Liv. 20 (1524) publicado em Duarte, Luís Miguel, ed. *Actas de Vereação de Loulé Século XVI 1522-1527*. Vol. 14. Suplemento da Revista al-'Ulyã. Loulé, 2014

Liv. 24 (1530-31)

### Fontes publicadas

DIAS, João José Alves. *Ordenações Manuelinas*. 1.<sup>a</sup> ed. Vol. 1. 5 vols. Lisboa: Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova, 2002.

DUARTE, Luís Miguel, ed. *Actas de Vereação de Loulé Século XV*. Vol. 10. Suplemento da Revista al-'Ulyã. Loulé, 2004.

———. *Actas de Vereação de Loulé Século XVI 1522-1527*. Vol. 14. Suplemento da Revista al-'Ulyã. Loulé, 2014.

LAMEIRA, Francisco, e Maria Helena Rodrigues dos Santos, eds. *Visitação de Igrejas Algarvias: Ordem de São Tiago (1554)*. Faro: ADEIPA, 1988.

MARQUES, João Martins da Silva, e Alberto Iria, eds. *Descobrimientos portugueses*. Ed. comemorativa dos descobrimientos portugueses. Vol. 2 tomo 1. 3 vols. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1988.

SÃO JOSÉ, Fr. João. "Corografia do Reino do Algarve (1577)." In *Duas descrições do Algarve do século XVI*, Edição de Manuel Viegas Guerreiro, Henrique F Sarrão e Joaquim Romero Magalhães. Vol. 3. Cadernos da revista de história económica e social. Lisboa: Sá da Costa, 1983.

SILVA LOPES, João Baptista da. *Memorias para a historia ecclesiastica do bispado do Algarve*. Lisboa: Academia real das sciencias, 1848.

VIEGAS, António. "'Visitação' Da Ordem de Santiago No Padroado de Loulé Em Janeiro de 1518." *Al-'Ulyã. Revista do Arquivo Histórico Municipal de Loulé*, no. 5 (1996): 135–174.

### Estudos

ABREU, Laurinda. "A Cidade Em Tempo de Peste: Medidas de Protecção e Combate Às Epidemias Em Évora, Entre 1579 e 1637." In *VII Congresso de La ADEH*. Granada, 2004. Acedido em Março 1, 2021. [https://web.archive.org/web/20060106095902/http://www.ugr.es/~adeh/comunicaciones/Abreu\\_L.pdf](https://web.archive.org/web/20060106095902/http://www.ugr.es/~adeh/comunicaciones/Abreu_L.pdf).

———. *O poder e os pobres: as dinâmicas políticas e sociais da pobreza e da assistência em Portugal (séculos XVI-XVIII)*. Lisboa: Gradiva, 2014.

ALMEIDA, Cristóvão de. "Da vila ao termo. O território de Loulé na Baixa Idade Média." Tese de Mestrado em História e Patrimónios, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais - Universidade do Algarve, 2016.

ANICA, Arnaldo Casimiro. *O hospital do Espírito Santo e a Santa Casa da Misericórdia da cidade de Tavira: da fundação à actualidade notas*. Tavira: Emp. Litogr. do Sul, 1983.

BARROS, Amândio Jorge Morais. *A Morte Que Vinha Do Mar*. Porto: Fronteira do Caos, 2013.

BARROS, Maria Filomena Lopes de. "Judeus, cristãos e muçulmanos no Portugal Medieval." *Praça Velha - Revista Cultural da Cidade da Guarda*, no. 36 (2016): 37–54.

BASHFORD, A., e C. Strange. "Thinking Historically about Public Health." *Medical Humanities* 33, no. 2 (Dezembro 1, 2007): 87–92.

BASTOS, Cristiana. *Global Responses to AIDS: Science in Emergency*. Bloomington: Indiana University Press, 1999.

BRAGA, Isabel Drumond. *Assistência, saúde pública e prática médica em Portugal: (séculos XV-XIX)*. Lisboa: Universitária, 2001.

BRITO, F. da Rocha. "As epidemias do século XVI e as Câmaras de Coimbra." In *Actes, conférences et communications / III Congrès International d'Histoire des Sciences*, 275–354. Lisboa: Emp. de Publicidade "Seara Nova," 1936.

CATARINO, Helena. "O Algarve oriental durante a ocupação islâmica. Povoamento rural e recintos fortificados." *Al'-Ulyã. Revista do Arquivo Histórico Municipal de Loulé*, n.º 6 (1–3) (1997): 15–517; 525–1007; 1013–1306.

CAVALLO, Sandra. *Charity e Power in Early Modern Italy: Benefactors e Their Motives in Turin, 1541-1789*. Cambridge history of medicine. Cambridge; New York, NY, USA: Cambridge University Press, 1995.

COELHO, Maria Helena da Cruz. "'Ouvi de Mandado d'El Rei': O Poder Real e o Poder Local Em Loulé Nos Finais Do Século XV." *Al'-Ulyã. Revista do Arquivo Histórico Municipal de Loulé*, no. 20 (2018): 99–112.

CONDE, Manuel Sílvio Alves. *O Hospital Medieval Do Espírito Santo de Sesimbra e a Assistência Caritativa Portuguesa*. Edição de Amadeu Penim. Sesimbra: Câmara Municipal de Sesimbra, 2004.

COSTA, Marisa, e João Fonseca. "Sismicidade Histórica Em Portugal No Período Medieval." In *Sísmica 2007: Livro de Actas*, edição de Raimundo Delgado, Aníbal Costa e Xavier Romão, 1–14. Porto: Faculdade de Engenharia da Universidade, 2007.

DIAS, João José Alves. "Estratificação económico-demográfica do concelho de Loulé em 1505." *História & Crítica*, no. 13 (1986): 60–64.

DIAS, José Lopes. *Albergarias Da Beira Baixa*. Lisboa: [s.n.], 1946.

GONÇALVES, Iria. "Formas Medievais de Assistência Num Meio Rural Estremeno." In *Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval, 25-30 de Setembro de 1972 – A Pobreza e a Assistência Aos Pobres Na Península Ibérica Durante a Idade Média: Actas.*, 2:450. Lisboa: Instituto de Alta Cultura, 1973.

JONES, Colin. "Perspectives on Poor Relief, Healthcare e the Counter-Reformation in France." In *Health Care and Poor Relief in Counter-Reformation Europe*, Edição de Ole Peter Grell, Andrew Cunningham e Jon Arrizabalaga, 215–238. London; New York: Routledge, 1999.

LEITÃO, André de Oliveira. "Do Garb al-Ândalus ao «segundo reino» da «Coroa de Portugal»: território, política e identidade." *Clio: Revista do Centro de História da Universidade de Lisboa*, no. 16/17 (2008): 69–104.

MAGALHÃES, Joaquim Romero. *O Algarve económico: 1600-1773*. Imprensa universitária 69. Lisboa: Estampa, 1988.

———. *O Algarve Económico Durante o Século XVI*. Marcha da humanidade. Edições Cosmos, 1970.

O'FLANAGAN, Patrick. *Port Cities of Atlantic Iberia, c. 1500-1900*. Aldershot, Hampshire, England; Burlington, VT: Ashgate Pub, 2008.

OLIVEIRA, António de. *A vida económica e social de Coimbra de 1537 a 1640*. Coimbra: Palimage, 2016.

OLIVEIRA, Luís Filipe. "Caminhos Da Terra e Do Mar No Algarve Medieval." In *Actas Das I Jornadas as Vias Do Algarve Da Época Romana à Actualidade*, 32–38. São Brás de Alportel: Câmara Municipal de São Brás de Alportel / CCDR Algarve, 2006.

ROQUE, Mário da Costa, e Joannes Jacobi. *As Pestes Medievais Europeias e o "Regimento Proueytoso Contra Ha Pestenença" Lisboa, Valentim Fernandes (1495-1496): Tentativa de Interpretação à Luz Dos Conhecimentos Pestológicos Actuais*. Fontes documentais portuguesas 12. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian, Centro Cultural Português, 1979.

ROSENBERG, Charles E. "What Is an Epidemic? AIDS in Historical Perspective." *Daedalus* 118, no. 2 (1989): 1–17.

———. "What Is Disease? In Memory of Owsei Temkin." *Bulletin of the History of Medicine* 77, n. ° 3 (2003): 491–505.

RUA, Jaime Guerreiro. *O Hospital de Nossa Senhora Dos Pobres*. Loulé: Santa Casa da Misericórdia de Loulé, 1960.

SÁ, Isabel dos Guimarães. *Os hospitais portugueses entre a assistência medieval e a intensificação dos cuidados médicos no período moderno*. Hospital do Espírito Santo, 1996. Acedido em Agosto 29, 2016. <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/4313>.

SILVEIRA, Ana Cláudia. "Les villes portuaires au Portugal médiévale: perspectives de recherche." In *La ville médiévale en débat*, Edição de Amélia Aguiar Andrade e Adelaide Millán Da Costa, 185. Lisboa: IEM - Instituto de Estudos Medievais, 2013.

SLACK, Paul. "Introduction." In *Epidemics e Ideas: Essays on the Historical Perception of Pestilence*, Edição de T. O. Ranger e Paul Slack, 1–20. Past e present publications. Cambridge; New York: Cambridge University Press, 1992.

SOYER, François. *A perseguição aos judeus e muçulmanos de Portugal: D. Manuel I, e o fim da tolerância religiosa, 1496-1497*, 2013.

TAVARES, Maria José Pimenta Ferro. "Hospitais, Doenças e Saúde Pública." In *Actas Do Congresso Comemorativo Do V Centenário Da Fundação Do Hospital Real Do Espírito Santo de Évora*, Edição de J. A. David de Morais, 49–64. Évora: Hospital do Espírito Santo - Évora, 1996.

———. *Os Judeus em Portugal no século XV*. Vol. 1. 2 vols. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 1982.

TEMKIN, Owsei. *The Double Face of Janus e Other Essays in the History of Medicine*. JHU Press, 2006.

### **Sites consultados**

"Prices, Wages e Rents in Portugal 1300-1910 - Chronology of Calamities," n.d. Acedido em Maio 3, 2017. [http://pwr-portugal.ics.ul.pt/?page\\_id=20](http://pwr-portugal.ics.ul.pt/?page_id=20).